DA SUBMISSÃO À TRANSGRESSÃO: IMPLICAÇÕES DOS PAPÉIS SOCIAIS NA ESCRITA FEMININA

Ana Terra dos S. Araújo[1]
Elizabeth Gonzaga de Lima [2]

Resumo: A proposta desse trabalho é analisar as implicações da padronização dos papéis sociais destinados ao feminino no exercício da escrita. O ofício, quando desenvolvido por mulheres, tende a ser marcado pela desvalorização, silenciamento e expectativas impostas socialmente, oriundas de uma construção social entranhada no binarismo. Esse fenômeno perpassa a trajetória feminina, cabendo assim analisar de que maneira a padronização dos papéis sociais destinados ao feminino refletem no processo de escrita. A análise desse fenômeno é de caráter bibliográfico e parte das considerações de Bourdieu (2002) sobre o favorecimento da dominação masculina a partir do binarismo de gênero, perpassando pelas contribuições de Beauvoir (1980) acerca do processo de inferiorização feminina; destacando o ideal de "anjo do lar" proposto por Woolf (2017) e como esse dilema interfere na escrita feminina, corroborando com Lorde (2019) ao ressaltar a importância de transformar o silêncio em linguagem e ação. Dessa maneira, problematizar a influência de tais imposições, tendo como objeto a escrita feminina, é antes de tudo desnaturalizar práticas que colocam a mulher à margem da sociedade.

Palavras-chave: Papéis sociais. *Anjo do lar*. Escrita feminina.

Introdução

A busca feminina por espaços predominantemente ocupados por homens é uma luta recorrente e necessária, afinal vivemos em uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero, em decorrência do modelo patriarcal e sexista cristalizado e vigente. O fenômeno da invisibilidade e inferiorização do feminino foram sendo construídos ao longo dos anos, na medida em que é imposto às mulheres comportamentos e expectativas que reduzem a sua existência, exclusivamente, para satisfazer as necessidades do homem, assim, suas ambições, desejos e vozes são silenciadas e descartadas.

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), bolsista CAPES. Contato: anaterraaraujo@gmail.com
[2] Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia no Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens e do curso de Letras. Contato: betylyma@gmail.com

A organização social acontece de maneira binária, a partir de uma dicotomia latente que determina a estruturação do pensamento e, consequentemente, as ações sociais; assim, é possível perceber que essa diferenciação consiste em dois pólos opostos: o masculino e o feminino. Nessa bipartição, o homem é colocado enquanto sujeito universal, sendo assim o modelo pelo qual as circunstâncias são pensadas e a mulher é deslocada para um lugar de inferiorização.

Segundo Bourdieu (2002) para analisar esse cenário dicotômico, por conseguinte, de dominação masculina e submissão feminina é necessário partir de uma dimensão simbólica, afinal de contas o fenômeno de imposições que colocam o homem no lugar de dominação e a mulher no papel de dominada é resultado de uma violência simbólica:

> "[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento". (BOURDIEU, 2002, p.3-4)

Na medida em que a dominação se apresenta de maneira tênue e imperceptível, tendencialmente há uma propagação desses símbolos tornando-os enraizados na nossa sociedade, assumindo, também, um aspecto naturalizado. Nesse sentido, o sociólogo francês afirma:

> "[...] como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sobre a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina". (BOURDIEU, 2002, p. 6)

Isso posto cabe destacar que essa dicotomia construída com base na diferenciação entre os gêneros determina comportamentos e expectativas para os indivíduos. Sob tal perspectiva, os homens enquanto sujeitos dominantes, são educados para que suas características estejam ligadas às competências e habilidades; ao mesmo tempo em que, as mulheres são condicionadas ao papel de inferiorização, docilidade e fragilidade.

Algumas vertentes buscam justificar essa desigualdade de gênero partindo de abordagens particulares, como as perspectivas biológica, psicanalista e materialista. Em

O segundo sexo (Volume I - Fatos e Mitos), Simone de Beauvoir contesta essas abordagens, trazendo elucidações fundamentais para desnaturalizar esse fenômeno da dominação masculina. A princípio, Beauvoir tece críticas ao biológico, ou seja, ainda que exista uma diferença entre a natureza feminina e a natureza masculina, esses elementos não são suficientes para justificar a causa da submissão da mulher.

A estudiosa, posteriormente, lançou questionamentos sobre o método psicanalítico, todavia, cabe pontuar que não houve um descarte das contribuições freudianas. O que Beauvoir problematiza, na verdade, é que se há um complexo de inferioridade por parte da mulher é devido a um contexto histórico que privilegia o homem enquanto sujeito universal e modelo a ser seguido; portanto, não levar em consideração o encadeamento desse evento é minimizar a problemática.

Por fim, a discussão concentra-se na abordagem materialista, sendo contestada a premissa elucidada por Engels de que essa dicotomia consiste apenas no âmbito econômico. Nessa perspectiva, Beauvoir chama atenção para a gravidade do problema, de maneira que a relação desigual entre o feminino e o masculino ultrapassa a economia, atravessando, também, os outros setores sociais. Essa distinção entre os gêneros, na medida em que exalta a masculinidade, em detrimento da feminilidade, torna-se um fenômeno recorrente em todos os setores da sociedade, como propõe Zinani & Polesso:

> [...] o contexto da produção é uma sociedade patriarcal dominante que não considera a mulher como cidadã dotada de pensamentos, vontades e direitos, negando-lhe, também, uma identidade intelectual. Entendemos a sociedade patriarcal como uma sociedade em que naturalmente os homens detêm o poder de decidir as verdades que sustentam o mundo. (ZINANI & POLESSO, 2010, p. 102)

Assim, quando pensamos como essa dominação masculina reflete na inserção do feminino no exercício da escrita, torna-se patente que as mulheres são colocadas em um lugar de desprestígio e deslegitimação, até porque, como destacam Zinani & Polesso (2010), as mulheres são forçadas a uma passividade e caracterizadas como inocentes ou ingênuas quando o mérito é o intelecto.

As amarras do patriarcado atravessam a literatura de autoria feminina a ponto de emergir dois movimentos significativos: o movimento das mulheres escritoras que por desconhecer a história das mulheres e assumir, conscientemente ou não, o lugar de não-

homem, de segundo sexo, à margem da sociedade, acaba elaborando criações que reproduzem esse lugar comum, pelo simples fato de ser o único que lhes foi apresentado e imposto. Em contrapartida, o movimento das mulheres que detectam o contexto no qual estão inseridas e compreendem o quanto esses padrões são construções sociais, decidindo apropriar-se da escrita para proporcionar o desconjuntamento dessas práticas, fazendo surgir o desejo pela transgressão. Desse modo, as produções são responsáveis por conceder voz a anseios, sonhos, opiniões e perspectivas que até então não possuíam visibilidade e escuta.

Sendo assim, é necessário revisitar as imposições que permearam, e, por vezes permeiam a construção do ser mulher para poder compreender e só assim enfrentar esse lugar de inferioridade imposto ao feminino, focalizado aqui na relação com a escrita. Uma vez que a relação entre presente e passado também é fundamento histórico (GAGNEBIN, 2006), revisitar tais lembranças de submissão e inferiorização feminina converte-se também em um ato político e estratégico de enfrentamento das práticas machistas e sexistas cristalizadas na nossa sociedade.

Mulher não é, mulher tem que ser

Desde o momento em que os homens são colocados como sujeitos universais e, portanto, utilizados como medida para todas as coisas, as mulheres são relegadas ao lugar do privado, como se a sua existência não fosse interessante para os espaços públicos. Em virtude disso construiu-se, historicamente, que a mulher existe para cumprir as atividades domésticas assumindo um lugar que lhe é imposto: mãe, esposa e dona de casa. Enquanto os homens são vistos como modelo ideal, resta às mulheres o lugar do não-homem, proposição que nos remete à reflexão de Bourdieu (2002), ao passo que os homens são tratados como sujeitos, as mulheres são tratadas como objetos.

Em meio a essas imposições, ficou estabelecido que os homens deviam desempenhar o papel de provedores do lar, trabalhando fora e administrando a economia. No contraposto, caberia às mulheres dedicar-se aos afazeres domésticos, demonstrando maestria ao cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos e satisfazer o seu cônjuge. O espaço de subjugação e de ausência de oportunidades de escolhas

direcionado ao feminino gera angústia, medo e paralisia na proporção que limita os sonhos, silencia as vozes e dificulta a possibilidade de transgressão:

> Para grande número de mulheres os caminhos de transgressão estão barrados: como não fazem nada, não podem fazer nada; perguntam se indefinidamente o que poderia vir a ser, o que as leva a indagar o que são: é uma interrogação vã; se o homem malogra em desenvolver essa essência secreta é muito simplesmente porque ela não existe. Mantida à margem do mundo, a mulher não pode definir-se objetivamente através desse mundo e seu mistério cobre apenas um vazio". (BEAUVOIR, 1980, p. 304)

Tal padronização e imposições são uma ação violenta, contudo de maneira bastante sutil, ao ponto de soar como algo dado e por isso natural. Desse modo, as mulheres que buscaram romper com esse modelo tiveram que lidar com o julgamento social sendo taxadas de menos femininas e contrárias à ordem.

O exercício de dominação e de padronização dos papéis é tão agressivo a ponto de impregnar-se na vivência feminina como algo sobrenatural: ainda que não seja visto, ainda que não se saiba a origem, tem a capacidade de contaminar toda uma trajetória. Nesse sentido Woolf (2017) preconiza a ideia do anjo do lar, enquanto um fantasma que controla a mente feminina reforçando a inferiorização atribuída:

> Anjo do Lar. Vou tentar resumir. Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia se sentar - em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e opiniões dos outros. E acima de tudo - nem preciso dizer - ela era pura. (WOOLF, 2012, p.11-12)

Na proporção em que essas imposições ganham espaço, as mulheres passam a viver em função das outras pessoas, no caso do anjo do lar, as mulheres tendem a existir para satisfazer as vontades daqueles que convivem com ela. Tornando-se, portanto, um ser sem voz ativa, por isso de acordo com Viana (2013) a mulher se torna um ser para outrem, alienada na condição de repetição da espécie ou de manutenção da vida, sem a possibilidade real de transcendência inerente a todo sujeito livre.

O fenômeno de não escuta da voz feminina, que por muito tempo a colocou nesse lugar de inferioridade e desprestígio das suas ambições, é resultado da forma dicotômica como a sociedade foi organizada. Ao constatar esse evento, Beauvoir (1980) destaca que há uma utilidade ao manter essa relação desigual entre o homem e a mulher,

até porque para sair desse lugar de objeto, seria necessário que as mulheres ocupassem o lugar de sujeito, o que, consequentemente, colocaria o homem em um lugar de não domínio, circunstância fora de cogitação para uma sociedade regida pelo patriarcado.

Além dessa objetificação vivenciada pelo feminino, outro ponto que contribui para a dominação masculina consiste no paradoxo que surge nos momentos de controle das mulheres, ou seja, quando elas conseguem tornarem-se sujeitos da sua própria história há uma limitação das possibilidades. O exercício da escrita pela mulher exemplifica tal situação, em virtude de possibilitar perceber o controle do comportamento e das opiniões femininas. Em um contexto social, no qual, a princípio só era destinado às mulheres os afazeres domésticos, conhecer textos de autoria feminina nesse período aponta para um ato de liberdade em meio a tantas imposições.

No entanto, ao detalhar essa situação, fica evidente que a permissão concedida às mulheres para tornarem-se escritoras estava ligada ao controle direcionado para essas atividades. Afinal de contas, segundo Woolf (2017, p.10), "escrever era uma atividade respeitável e inofensiva. O riscar da caneta não perturbava a paz do lar. Não se retirava nada do orçamento familiar". Sendo assim, as mulheres podiam escrever desde que não afetasse o que lhe era imposto e muito menos rompesse a harmonia do lar.

Com isso, a inserção feminina no universo da escrita foi marcada por um processo turbulento. A sociedade, nesse caso, os homens, enquanto representantes universais, consentia que as mulheres escrevessem, desde que não defendessem opiniões contrárias ao que era considerado como justo e correto. Assim, mesmo exercendo uma atividade além das que lhes eram impostas, o feminino não deveria colocar isso como prioridade, muito menos apropriar-se da escrita a ponto de buscar um espaço de transgressão.

Controlando corpos, silenciando vozes

> Quer dizer, na hora em que peguei a caneta para resenhar o romance de um homem famoso, ela [anjo do lar] apareceu atrás de mim e sussurrou: "Querida, você é uma moça. Está escrevendo sobre um livro que foi escrito por um homem. Seja afável; seja meiga; lisonjeie; engane; use todas as artes e manhas de nosso sexo. Nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria. E principalmente seja pura". (WOOLF, 2017, p. 12)

Historicamente, o feminino é compreendido como lugar inferior, sem ser uma presença com voz ativa capaz de ser colocado na sociedade como sujeito e não mais como um mero objeto. Por muito tempo, foi socialmente imposto, que caberia à mulher dedicar-se apenas ao matrimônio e aos afazeres domésticos, existindo, portanto, para cuidar e satisfazer o outro. A partir desse cenário, na medida em que é revisitado o processo de inserção da mulher na escrita é perceptível que tais exigências afetam a produção intelectual feminina, afinal de contas havia um controle não apenas do comportamento, mas também, das opiniões e dos posicionamentos:

> [...] o discurso dominante (androcêntrico) reforçou a ideia de inferioridade intelectual feminina e, nesse sentido, podemos dizer que a figura da autora foi deformada e para se chegar a ela é preciso levar através das ocultações que apontam conflitos sincrônicos entre as representações da mulher, as representações de sua desconfiguração e sua afirmação pela escrita. (ZINANI & POLESSO, 2010, p. 100)

A materialização da subjugação feminina por meio do discurso ocorre a partir do momento em que no âmbito das relações é possível constatar, quem representa oficialmente a sociedade, sendo colocado como referência universal na mesma proporção em que ocorre o controle do outro, seja na forma de pensar, seja como se comportar e sobre o que falar.

No exercício da escrita feminina, a princípio, essa necessidade de controle não foi diferente. Ainda que a escrita tenha sido uma das primeiras profissões consentidas ao feminino, a sociedade - representada pela dominação masculina - mantinha o rebaixamento feminino cada vez que controlava o que era escrito pelas mulheres. Dessa maneira, elas poderiam escrever desde que não as retirassem do lugar de objeto na tentativa de ocupar o lugar de sujeitos de suas histórias.

Esse controle fazia com que as mulheres participassem do mundo literário desde que estivesse sempre em segundo plano, à margem da centralidade masculina, ou seja, a presença feminina na escrita, como atesta Tedeschi (2016) se deu pela “porta dos fundos”, assim como em todos os setores de vida produtiva e ativa. Destinou-se às mulheres, a princípio, a possibilidade de escrever diários, livros de receitas e/ou manuais de dona de casa e, quando fosse algo a ser publicado, a escrita feminina deveria ser responsável por realizar resenhas dos romances escritos por homens. Ou, ainda, era preciso lidar com a violência de terem suas produções associadas a outro escritor cada

vez que uma obra de autoria feminina passava a ser apropriada e assinada por um homem. Além desses casos, era comum, também, a necessidade da utilização de pseudônimos, uma vez que a publicação e legitimidade da obra dependiam da presença de um nome masculino associado à autoria.

Segundo Woolf (2017) as exigências destinadas às mulheres tendem a acompanhá-las por toda uma trajetória, seja por meio de vozes do subconsciente feminino na tentativa de controlar suas próprias ações e resgatar o lugar pré-estabelecido e repleto de inocência, ingenuidade e pureza; seja aceitando a interdição do feminino no que tange às experiências, especialmente para construir narrativas sobre o corpo, o desejo e o amor:

> Falando sem metáforas, ela pensou numa coisa, uma coisa sobre o corpo, sobre as paixões, que para ela, como mulher, era impróprio dizer. E a razão lhe dizia que os homens ficariam chocados. Foi a consciência do que diriam os homens sobre uma mulher que fala de suas paixões que a despertou do estado de inconsciência como artista. Não podia mais escrever. O transe tinha acabado. A imaginação não conseguia mais trabalhar. Isso creio que é uma experiência comum entre as mulheres que escrevem - ficam bloqueadas pelo extremo convecionalismo de outro sexo. Pois, embora sensatamente os homens se permitam grande liberdade em tais assuntos, duvido que percebam ou consigam controlar o extremo rigor com que condenam a mesma liberdade nas mulheres. (WOOLF, 2017, p. 16-17)

Esse interdito do feminino ao falar sobre si ainda é um fenômeno residual, por vezes, recorrente nos dias atuais. Tudo isso se dá porque a história foi construída e contada a partir daqueles que a dominam e a manipulam, logo, o exercício da autonomia não é comum ao feminino, até porque como testemunha Tedeschi (2016), a história das mulheres narra e revela uma história do silêncio, uma história do confinamento, mais do que do esquecimento.

De acordo com Culler (1997) há um evento denominado *lendo como mulher* que implica em refletir as diversas maneiras em que o público feminino realiza leituras a partir do cenário em que esteja inserido. Trazendo essa premissa para o exercício da escrita, é possível perceber que incluídos nesse cenário de submissão e opressão, alguns escritos de autoria feminina tendem a reproduzir as imposições vividas ao longo do seu percurso assumindo, muitas vezes, um caráter naturalizado e romantizado.

A escritora que costuma reproduzir modelos comuns, inclusive, atribuindo a sua obra uma voz masculina, foi ensinada, moldada e construída para escrever do jeito que

se é esperado e conivente ao corpus social. Depreende-se que se trata daquela mulher que foi domesticada a aceitar o seu lugar de outro sexo, o seu não lugar como protagonista, ou seja, a que se submete ao que for necessário para manter a sociedade em seu bom funcionamento, regido por (e, para) homens.

A fim de compreender esse movimento é preciso entender a nossa estrutura social. É fundamental ter em mente que essa omissão e passividade não podem ser entendidas como um dom natural ou divino, mas sim, algo imposto por aqueles que são considerados como os soberanos, o primeiro sexo e aqueles taxados como modelo. Tais construções tendem a levar em consideração os ideais que doutrinaram essa mulher, e considerados como corretos e fundamentais: a ingenuidade, a insegurança, a submissão e a redenção.

Partindo da premissa apontada por Gagnebin (2006) de que a história é fundamental para resolver o presente, é necessário, antes de tudo, problematizar o lugar de subalternidade atribuído ao feminino. Em virtude disso, revisitar esse passado marcado pela inferiorização e pelo silenciamento das vozes femininas é uma maneira de buscar compreender como se deu esse percurso marcado pela violência, subjugação e invisibilidade, além de conceber o movimento da escrita feminina como um ato político, afinal esse desenvolvimento é marcado pela necessidade feminina de assumir os rumos da sua própria história. Como, também, torna-se perceptível que a escrita feminina, em diversos momentos, é uma estratégia de autoproteção, pelo fato dessa trajetória ser marcada pela aversão ao silenciamento e ao constante risco de serem apagadas da história por aqueles que a dominam.

Rompendo com o silêncio para transgredir

A partir do momento em que ocorre a revisitação desse processo histórico marcado pelas opressões aqui descritas e as mulheres passam a compreender sua história, há uma necessidade de construir novas narrativas que possibilitem a escuta das vozes por muito tempo silenciadas. É esperado, então, que as mulheres escritoras tenham um aliado muito importante em sua trajetória, qual seja, o entendimento de sua condição feminina e o quanto existe de construção social que coloca as mulheres à

margem, em virtude de um modelo social cristalizado em condutas patriarcais. As produções escritas por mulheres, ancoradas nesse movimento de (des) construção, são elaboradas sem que as amarras impostas pela padronização dos papéis sociais direcionem a maneira como o texto será produzido e levado ao público.

Essas escritoras partem desse lugar de desconstrução, de entendimento da sua condição para que, finalmente, seja possível desprender-se da violência simbólica imposta pelo patriarcado que aliena, domestica e submete. Esse processo não se deu de maneira espontânea, foi algo construído com o auxílio do movimento e da crítica feminista. Segundo Hooks (2020), o feminismo é fundamental na luta pelo fim do sexismo, da exploração e da opressão, logo é, estrategicamente, necessário que se tenha entendimento da história das mulheres para compreender e enfrentar tais desigualdades.

A crítica feminista, no que diz respeito à questão da autoria feminina, põe em debate o quão é histórico o fenômeno dos homens usufruírem do lugar de maior prestígio na produção e comercialização das obras literárias. De acordo com esse movimento, para enfrentar a dominação masculina é imprescindível que as mulheres passem a produzir e consumir literatura de autoria feminina como enfatiza Culler:

> [...] a experiência das mulheres fornece o apoio para expor esses *topos* literários como uma visão masculina auto-satisfatória da visão feminina. As críticas feministas afirmam que a experiência das mulheres as levará a avaliar as obras de forma diferente de seus correlatos masculinos, que podem se fixar em problemas que as mulheres caracteristicamente encaram como de interesse limitado. (CULLER, 1997, p. 55)

Almejando colocar em prática o enfrentamento ao consumo excessivo de literatura de autoria masculina, Culler destaca que foi necessário que a crítica feminista se organizasse em três distintos e estratégicos momentos. No primeiro momento, a atenção volta-se para as personagens, ou seja, era analisada a representação feminina e suas experiências adquiridas durante as relações familiares e sociais. No segundo momento, o foco remetia à identificação feminina com personagens masculinos, logo há um ímpeto de fazer com que leitores - sejam mulheres e/ou homens - questionem as suposições literárias e políticas permitindo-se experienciar outras possibilidades de leitura. O terceiro momento, por sua vez, foi responsável por investigar de que maneira e por quais motivos, a ideia de racionalidade sempre esteve associada aos desejos do homem - contribuindo assim para o falocentrismo.

Ao passar por esse processo de compreender, problematizar e desnaturalizar o que por muito tempo foi taxado como natural, surgem produções literárias de autoria feminina que visam romper com as violências sofridas ao longo dos anos. Esse movimento de buscar uma escrita transgressora dialoga com o exercício proposto por Lorde (2020) que consiste em transformar o silêncio em linguagem e ação. A desconstrução de tais impregnações destinadas ao feminino tem como ponto de partida o rompimento do silêncio forçado. Usurpou-se das mulheres a liberdade de expor os seus posicionamentos e, por conta disso, o exercício de silenciar foi considerado uma estratégia de autoproteção frente ao patriarcado. Mas, manter-se calada nunca protegeu as mulheres, conforme destaca a estudiosa:

> Eu ia morrer, mais cedo ou mais tarde, tendo ou não me manifestado. Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você. Mas a cada palavra verdadeira dita, a cada tentativa que fiz de falar as verdades das quais ainda estou em busca, tive contato com outras mulheres enquanto analisávamos as palavras adequadas a um mundo no qual todas nós acreditávamos, superando nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado dessas mulheres que me deram força e me permitiram esmiuçar aspectos essenciais da minha vida. (LORDE, 2020, p. 52)

Romper com esse emudecimento imposto é um movimento fundamental no dia-a-dia das mulheres que desejam enfrentar o patriarcado e seus desdobramentos para, finalmente, construir sua identidade e traçar novos rumos e possibilidades para sua trajetória. Afinal de contas, a partir do momento em que ocorre uma continuidade da reprodução de narrativas daqueles que dominam a história, sem oferecer espaço para os grupos considerados minoritários, instaura o que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie denomina como história única. O perigo desse fenômeno é criar estereótipos: “[...] o problema com os estereótipos não é que seja mentira, mas é que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (ADICHIE, 2019, p. 26).

Transformar essas imposições em ação de combate e problematização é uma tarefa diária, muitas mulheres autoras enxergam no ato de escrever uma maneira de ocupar os espaços outrora negados, propiciando a legitimação do discurso feminino na mesma proporção que desnaturaliza o patriarcado. Por conseguinte, na tentativa de recuperar anos rasurados, muitas escritoras enxergaram no mundo literário uma possibilidade para denunciar a submissão imposta através do controle dos corpos, da domesticação do comportamento e do silenciamento das vozes. Vislumbrar nas

produções literárias formas de lutar e superar essas impregnações não só contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, como, também, propicia às mulheres a chance de desfrutar do papel de fomentar uma identidade autoatribuída, na qual posicionar-se passa a ser uma potência empoderadora.

Considerações finais

As impregnações do patriarcado ainda se fazem presentes na sociedade e, consequentemente, nas relações. Ao pensar na relação feminina com a escrita literária, fica evidente que ocorreram, ao longo do tempo, severas tentativas de controlar o que poderia ser escrito e/ou lido pelas mulheres. A princípio, partindo da imposição de que caberia ao feminino o espaço privado, as produções literárias inerentes a esse grupo seriam os diários, os manuais do lar, romances e livros de receitas. Com o passar do tempo, a crítica feminista levou avante um processo de tensionamento e problematização da condição feminina, assim, imposições que eram consideradas naturais passam a serem questionadas. No entanto, esse fenômeno acontece de maneira processual e não espontânea, logo, ainda é possível encontrar situações de desigualdade, afinal, por mais que seja questionado, o patriarcado ainda segue enraizado na sociedade.

Mantendo o foco na escrita de autoria feminina e, partindo, dessa premissa do *lendo como mulher* apresentada por Culler (1997), esses dois movimentos, aqui apresentados, são fundamentais para que possamos compreender a estruturação da sociedade e como isso ainda reverbera no exercício da escrita. O primeiro é formado por autoras deslocadas da história das mulheres e por isso são, estrategicamente, alienadas pelos sujeitos que insistem em ocupar o lugar de dominação, logo, elas são condicionadas a escreverem suas obras com um olhar passivo, sem criticidade, produzindo como uma mulher domesticada para agradar aos homens e à sociedade. Em contrapartida, no segundo movimento, a escritora que já passou, ou está passando, por um processo de desconstrução de tudo que lhe foi moldado, impregnado e absorvido, passará a questionar todas as imposições sofridas ao longo dos anos e irá problematizar os padrões sociais que lhes foram impostos - padrões esses, por vezes violentos, que

oprimem, silenciam e dominam as mulheres, fazendo-as acreditar que devem se manter caladas, coniventes, passivas e obedientes.

Sendo assim, analisar a influência dos padrões sociais no processo de escrita de autoria feminina, configura-se como uma das práticas imprescindíveis para o enfrentamento das atitudes patriarcais que persistem como modelo universal da sociedade. Compreender que um mesmo texto pode ser produzido de diferentes maneiras e que isso dialoga com a condição das escritoras, no meio em que se estão inseridas, contribui para o processo de entendimento da história das mulheres. Outrossim, compreender essa história e buscar novas narrativas que propiciam uma legitimação, anteriormente velada, afloram no feminino, como assinala Culler (1997), a capacidade de assumir um papel que ela constrói com referência à sua identidade como mulher.

Portanto, romper com tais estereótipos destinados à mulher por meio de uma escrita transgressora, na mesma proporção em que possibilita o feminino a ocupar esse lugar de sujeito historicamente negado é uma das formas de enfrentar a dominação masculina que cala, segrega, exclui, oprime e, não saciada, mata. As vozes femininas lutaram arduamente para serem legitimadas e autorizadas, pois o que era amordaçado, hoje ecoa e pede espaço. As lembranças fervilham, as amarras vão sendo desatadas, a combinação do papel com a caneta ganhou novas roupagens e possibilidades, as falas se tornam cada vez mais firmes, a escrita pode determinar um lado: as mulheres são sujeitos, condição que por muito tempo não foi reconhecida, mas hoje tende a ser verbalizada e escrita. Alguns silêncios ainda são impostos, porém como proclama Lorde (2019), o silêncio nos imobiliza e há muitos silêncios a serem quebrados.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** Tradução Sérgio Millet - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer.** São Paulo: Editora 34, 2006.

CULLER, Jonathan D. **Lendo como mulher.** IN: Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo. Tradução: Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Tradução: Bhuvi Libanio. 12.Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider.** Tradução: Stephanie Borges. 1ª Ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Os desafios da escrita feminina na história das mulheres**. Universidade Federal da Grande Dourados. Raído: Mato Grosso do Sul, janeiro/junho de 2016.

VIANA, Márcia R. **O conceito de eterno feminino em Simone de Beauvoir.** II CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, outubro de 2013.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas.** Tradução de Denise Bottmann. - Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

ZINANI, Cecil J. Albert & POLESSO, Natalia Borges. **Da margem: a mulher escritora e a história da literatura.** MÉTIS: história & cultura, v. 9, n. 18, p. 99-112, 2010.